

FSP
28/1/96 Pg 2-6 e 7

Jari investe para se tornar realidade

Empresa gasta US\$ 133 milhões em quatro anos e amplia cortes nos custos para ter lucro e apagar imagem de aventura na selva

EDUARDO BELO
Enviado especial a Monte Dourado

A Jari Celulose escolheu 1996 como o ano da virada. A empresa está desenvolvendo uma série de ações para transformar o que começou como uma aventura na selva em um negócio rentável.

O investimento na fábrica localizada à margem do rio Jari, na divisa do Pará com o Amapá, é de US\$ 133 milhões em quatro anos.

"Queremos sair do vermelho", declara Fernando Tigre, 52, há um ano na presidência da empresa.

Desde que foi implantada, em 1967, a Jari só registrou lucro uma vez, em 1994. O balanço de 1995, ainda não-concluído, deve apresentar algum equilíbrio —mas a empresa, de capital aberto, não divulga nem mesmo estimativas de resultado. Até setembro, o prejuízo acumulado era de R\$ 6,3 milhões.

A série de investimentos tem por objetivo reduzir os custos até 1998, aumentar a atual produção de 268 mil para 350 mil toneladas por ano e tornar real a principal vantagem competitiva da companhia: a proximidade da matéria-prima. A distância média entre floresta e fábrica na Jari, 45 quilômetros, é a menor do mundo.

Faz parte do programa a redução da mão-de-obra, com mecanização cada vez mais acentuada da colheita. Para isso, são usados "tratores" equipados com ar-condicionado, operados por uma só pessoa, capazes de agarrar uma árvore, eliminar os galhos e cortá-la rente ao chão.

Neste ano, a Jari vai investir US\$ 33 milhões para equipar a fábrica com um sistema de branqueamento da celulose com uso de oxigênio —em vez de cloro.

O processo será concluído em 98. Hoje, segunda a empresa, metade da produção já não usa cloro.

Menos poluente, o novo sistema é praticamente exigência dos principais clientes no exterior —para onde segue 70% da produção—, cada vez mais ecológicos.

Outros US\$ 70 milhões serão injetados no ano que vem. Além do processo de branqueamento, o dinheiro se destina a uma série de adaptações para compensar a idade da fábrica, instalada em 1978, e torná-la mais produtiva, afirma o diretor industrial, Erton Sanchez.

O passo seguinte é operar só com madeira própria. Isso deve acontecer também em 98, quando começa a colheita da primeira leva de eucaliptos geneticamente melhorados pela empresa.

As árvores terão de cinco a seis anos de idade e um rendimento bem superior ao das atuais, informa Lineu Wadosky, diretor florestal.

Os vários erros cometidos desde o nascimento da companhia (*leia texto ao lado*) fizeram com que, até o momento a empresa tivesse uma produtividade muito baixa.

Enquanto as melhores indústrias do setor que operam com eucalipto conseguem perto de 40 m³ de madeira por hectare/ano, a Jari ainda não ultrapassou 29 m³ em plantios comerciais —embora algumas áreas experimentais projetem até 65 m³ para o futuro.

A nova produtividade tende a compensar os 25% de madeira comprados hoje na Bahia. Essa "importação" encarece em até US\$ 58 por tonelada a celulose da Jari, diz Fernando Tigre.

A empresa tem esperança de que a modernização da fábrica e o maior rendimento da madeira proporcionem uma redução de custo capaz de colocá-la em definitivo no azul a partir de 98.

"Com o custo de produção bastante reduzido, podemos ser competitivos até com preços mais baixos para a celulose", diz Tigre.

Apesar de ter caído no final de 1995, a cotação atual de US\$ 810 por tonelada de celulose é 25% superior à média histórica do setor, diz Britaldo Pedrosa Soares, 39, diretor financeiro.

Mesmo assim, a Jari trabalha com a perspectiva de novo aumento no próximo trimestre. Os preços internacionais começaram a subir há dois anos e isso foi em parte responsável pelo lucro de US\$ 6,5 milhões em 1994.

Também contribuíram para o resultado o Plano Real e a defasagem cambial. A empresa carregava forte endividamento em dólar. Com o dólar barato, a Jari abriu o capital em 1994, captou US\$ 100 milhões no mercado e solucionou o problema da dívida, reduzindo os custos financeiros que contribuíam para aumentar o tamanho do prejuízo.

O investimento seguinte será a construção de uma usina hidrelétrica no rio Jari, que deve sanar em definitivo os problemas de energia da região e ainda resultar em economia. Hoje, a energia vem de uma termoeletrica alimentada a óleo combustível.

O projeto está definido e deve custar US\$ 70 milhões na primeira fase (33,3 gigawatts/hora, com 10% cedidos à cidade de Laranjal do Jari). Como a construção é modular, a usina poderá, no futuro, gerar até 100 GWh.

A Cadam (Caulim da Amazônia), empresa do grupo Caemi, controlador da Jari, responderá por 30% do gasto com a hidrelétrica. As obras começam neste trimestre.

Tigre também quer reduzir as "despesas sociais". A empresa quer repassar para o Estado parte da infra-estrutura que montou em 29 anos e se desfazer de gastos anuais de US\$ 4 milhões com saúde e US\$ 1 milhão com educação.

Três das quatro escolas de Monte Dourado já funcionam em convênio com o governo do Pará. A empresa mantém a infra-estrutura e o Estado paga os professores.

Os jornalistas **EDUARDO BELO** e **EVELSON DE FREITAS** viajaram a convite da Jari Celulose S/A.



Palafitas em Laranjal do Jari, o "Beiradão", às margens do rio que o separa de Monte Dourado, sede da Jari Celulose

Laranjal luta contra problemas e má fama

"Beiradão" é o lado pobre do Jari

Do enviado especial a Laranjal do Jari

A tarefa mais difícil do prefeito Antonio de Jesus Santos Cruz (PFL), 58, é provar, sem estatísticas, que a fama de cidade violenta e cheia de prostitutas é injusta para Laranjal do Jari.

Com a queda da atividade garimpeira na região e o reforço policial, a violência e a prostituição diminuíram, diz.

Em seu gabinete modesto e sem energia —cortada diariamente do governo do Estado—, ele conta que o antigo "Beiradão" está mudando. Mas não muito.

Laranjal se converteu em cidade em 1988, quando a Jari Celulose doou ao Amapá uma área de 2 km acima da margem do rio.

Até, então, aquilo era um amontoado de palafitas na margem oposta à de Monte Dourado. Lá, a 36 horas de barco de Belém (PA), se estabeleceram os que foram tentar a sorte no Jari, mas que não podiam se instalar em Monte Dourado por causa do controle da empresa.

Acostumada ao padrão caboclo de viver à beira do rio, a população não se convenceu inteiramente de que tinha de mudar para a área seca.

São 6 km de palafitas à margem do Jari e outros tantos nas vielas e passarelas erguidas sobre a várzea rio. Metade dos 35 mil habitantes vive nessas condições. Por baixo, o lixo flutua.

Barcos com motor de popa corriqueiros como "catraias" atravessam os 250 metros de água escura que separam as duas cidades dia e noite. Cada passageiro paga R\$ 0,20.

Na via principal do Beiradão, uma espécie de "deck", centenas de palafitas de dois andares cumprem dupla função: casa (em cima) e comércio (embaixo).

Ali estão, expostos ao sol, carne bovina, peixes, roupas, frutas e máquinas de lavar roupa.

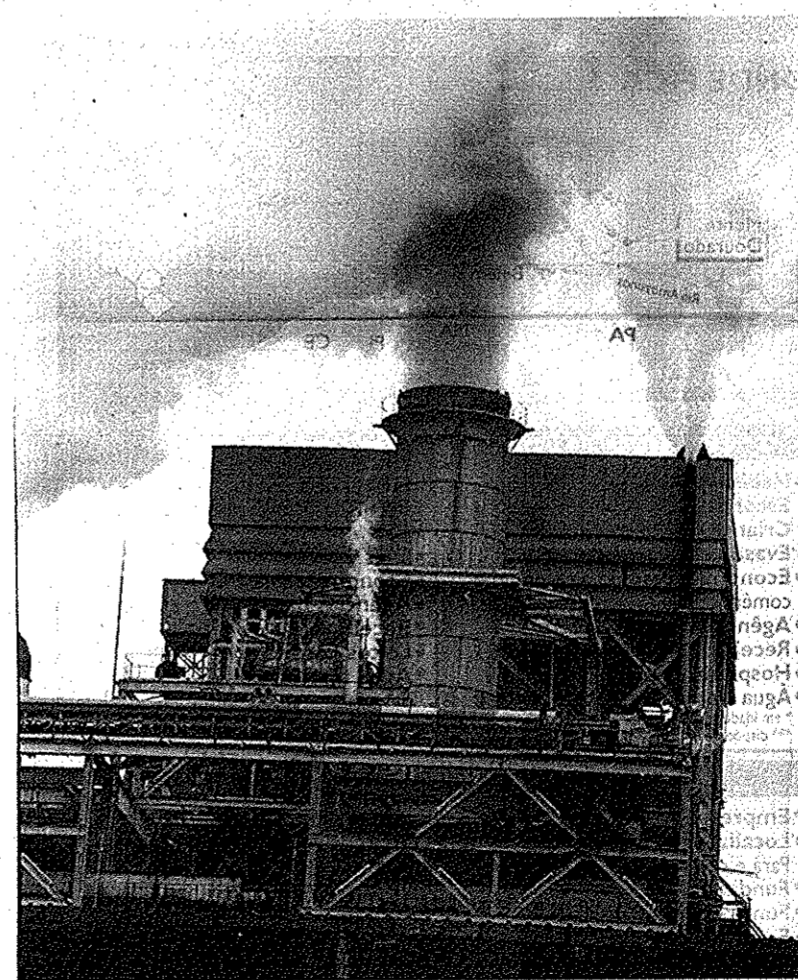
Enquanto Monte Dourado —que nem município é, e sim distrito de Almeirim— dispõe de saneamento, escola e saúde para todos, a prefeitura de Laranjal tenta se equilibrar com R\$ 2,8 milhões para pagar o funcionalismo, manter 41 escolas e levar água e esgoto a 40% da população. Lá, Primeiro Mundo é nome de supermercado. (EB)

Editoria de Arte/Folha Imagem

ONDE FICA

Perfil de Laranjal do Jari (AP)	Perfil de Monte Dourado (PA)
<ul style="list-style-type: none"> Habitantes: 35 mil Escolas: 41 Crianças* fora da escola: 2.500 Evasão escolar: 10% (1995) Economia: pescada, agricultura e comércio Agências bancárias: zero** Receita: 2,8 milhões/ano Hospitais: zero*** Água tratada e esgoto: 40% das casas em idade escolar. **dispõe de um posto bancário. *** dispõe de uma sala-hospital 	<ul style="list-style-type: none"> Habitantes: 12 mil Escolas: 5 Crianças* fora da escola: zero Evasão escolar: zero Economia: indústria Agências bancárias: três Receita: n/d Leitos hospitalares: 100** Água tratada e esgoto: 100% das casas
Raio X	
<ul style="list-style-type: none"> Empresa: Jari Celulose S/A Localização: divisa dos Estados do Pará e do Amapá Fundação: 1967 Funcionários: 3.500* Sector: celulose Produção: 260 mil toneladas/ano 	<ul style="list-style-type: none"> Exportação: 70% Outras atividades: criação de búfalos Investimentos em 96: R\$ 33 milhões Resultado em 95: n/d** Área plantada: 78 mil hectares Área total: 1,68 milhão de hectares***

*inclui subsidiárias. **prejuízo acumulado de R\$ 6,3 milhões até setembro; balanço anual não-concluído. ***70% no Pará e 30% no Amapá. Fonte: Empresa



Unidade de reciclagem de materiais na fábrica da Jari

Idéia era abastecer o mundo

Do enviado especial

A história da Jari começou em 1967. A idéia do então dono do empreendimento, o norte-americano Daniel Keith Ludwig, era abastecer um mundo que em breve se tornaria carente de celulose.

Ná época com 70 anos, Ludwig (morto em 92) tinha pressa e US\$ 5 bilhões na conta bancária —que equivalem hoje a US\$ 22 bilhões.

Convencido de que a Amazônia era o lugar ideal, Ludwig comprou 1,6 milhão de hectares nas margens do rio que deu nome ao então Projeto Jari.

Hoje, uma das coisas que mais ofende o pessoal da empresa é chamada de "projeto". Ele acabou com a instalação da indústria, em 1978. Construída sobre duas balsas, a fábrica veio do Japão.

A pressa levou Ludwig a plantar, de cara, 160 mil hectares com amêlina, uma árvore de origem asiática. Depois de algum tempo, a planta não resistiu às condições da Amazônia e perdeu rendimento.

Foi obrigada a trocar-la por pinheiros; e, mais tarde, eucalipto

—que hoje preenche 70% da área cultivada de 78 mil ha. A floresta plantada ocupa 5% da área total.

O cultivo de arroz também não teve sucesso e foi abandonado.

Ludwig já havia gasto cerca de US\$ 1,3 bilhão quando, em 1982, decidiu vender a companhia a um consórcio de 23 empresas nacionais, liderado pelo grupo Caemi.

De lá para cá, a empresa adotou a racionalização. As florestas contínuas e uniformes foram abandonadas. Surgiram "ilhas" cultivadas dentro da mata nativa. A idéia é aproveitar só terrenos planos para plantar e preservar as encostas e os cursos d'água.

Esse modelo tem proporcionado a redução dos custos de produção, porque diminui a necessidade de fertilizantes e evita erosões, explica Luiz Claudio Castro, consultor de meio ambiente da Jari.

Uma das preocupações da empresa em relação aos visitantes é mostrar que o eucalipto não prejudica a flora local. Os técnicos fazem questão de mostrar que abaixo das árvores cresce grande variedade de vegetação nativa. (EB)